



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/02/2015



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 5
1.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	6 - 7
2. JORNAL AQUI	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	9 - 10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. DECISÕES.....	12
5.2. PRESIDÊNCIA.....	13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	14 - 16
6.2. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	17
6.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	18 - 19
6.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20

Presidente conclama os maranhenses a somarem esforços por um Maranhão melhor

“Vamos somar esforços para termos um Maranhão melhor”, conclamou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), na tarde desta segunda-feira (02), ao pronunciar o discurso de encerramento da Sessão Solene de abertura da 1ª Sessão Legislativa de 2015 e da 18ª Legislatura. A Sessão Solene contou também com a presença do governador Flávio Dino (PC do B), que fez a leitura da mensagem governamental.

O deputado Humberto Coutinho determinou que a mensagem governamental lida pelo governador Flávio Dino seja incorporada aos Anais da Assembleia para que, assim, sua execução possa ser acompanhada ao longo do período de governo, pelo parlamento estadual. “Vossa Excelência, em sua mensagem, atacou todos os pontos fracos do nosso Estado. Só nos resta acompanhar”, enfatizou o presidente.

Em seu pronunciamento, o presidente Humberto Coutinho destacou a determinação do governador, passada ao seu secretariado, no sentido de aten-

der a todas as convocações a serem feitas pelo parlamento para prestarem esclarecimentos sobre as ações governamentais. “Fui deputado durante 14 anos e vi o quanto, em outros governos, era difícil um secretário comparecer ao parlamento estadual para prestar esclarecimentos. Essa determinação de Vossa Excelência é muito bem vinda”, observou.

O presidente da Assembleia parabenizou o governador Flávio Dino pelo seu gesto de comparecer à Assembleia e apresentar pessoalmente a sua mensagem ao Poder Legislativo estadual. Humberto Coutinho acrescentando, também, que essa atitude é própria de democratas. “Vossa Excelência demonstra que é um democrata”, destacou o presidente da Assembleia.

Por fim, Humberto Coutinho mencionou a independência dos Poderes preconizada nas Constituições Federal e Estadual, mas enfatizou que essa independência deve estar alicerçada na harmonia dos Poderes, quais sejam Executivo, Legislativo e Judiciário.

Assembleia Legislativa do Maranhão abre os trabalhos de 2015 com cerimônia militar

Pág. 3

Assembleia Legislativa do Maranhão abre os trabalhos de 2015 com cerimônia militar

A Assembleia Legislativa do Maranhão abriu, na tarde desta segunda-feira (2), os trabalhos de 2015, que serão executados durante o período da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, com desfile militar.

A cerimônia começou às 15h30m, com o hasteamento do Pavilhão Nacional, ao som da Banda de Música da Polícia Militar do Maranhão, sob o comando do regente primeiro-tenente Mauro Silva.

O hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e de São Luís foi feito, respectivamente, pelas militares do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa: Sargento PM Neyla Nunes, Cabo Maria Ferreira e Soldado Rosana Rodrigues.

RECEPÇÃO

Escortado pela Cavalaria

da Polícia Militar do Estado do Maranhão, comandada pelo Primeiro-Tenente Raimundo Nonato Cutrim, o presidente Humberto Coutinho se aproximou do local para presidir a cerimônia.

A recepção ao presidente foi feita pelo diretor-geral da Assembleia, Celso Carvalho, pelo chefe do Gabinete Militar, Coronel Flávio de Jesus, e pela subdiretora do cerimonial, Arístéia Machado.

Momentos depois, o presidente Humberto Coutinho passou em revista à tropa, acompanhado do comandante da Guarda de Honra, Tenente Warley Felipe, e assistiu ao desfile acompanhado da esposa Cleide Coutinho, deputados e autoridades.

HOMENAGEM

O ponto máximo da cerimô-

nia militar aconteceu quando a Guarda de Honra do Corpo de Bombeiros Militar desfilou em homenagem ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho, ao som da Banda da Polícia Militar do Maranhão.

O Pavilhão Nacional foi conduzido pelo Tenente Marlison Cunha; o do Maranhão, pelo Segundo-Tenente Victor Calvet; e o dos Bombeiros, pelo Cadete BM Luís Gustavo. O desfile da Cavalaria, que aconteceu sob o comando do Primeiro Tenente Raimundo Cutrim, encerrou a cerimônia de abertura.

AUTORIDADES

Depois da Cerimônia Militar, o presidente Humberto Coutinho nomeou duas comissões de deputados para conduzir à Mesa da Sessão Solene o

governador Flávio Dino (PC do B) e a presidenta do tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire. Também foram convidados a compor a mesa dos trabalhos o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Jorge Pavão, o procurador de Justiça do Estado do Maranhão, Francisco Barros Souza e o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho.

A Sessão Solene de abertura dos trabalhos legislativos ocorreu no Plenário Nagib Haickel. A cerimônia começou com execução do Hino Nacional, seguida da leitura da mensagem enviada pelo governador do Estado, Flávio Dino (PC do B). O encerramento da solenidade foi marcado pela execução do Hino do Maranhão.

GOVERNADOR APRESENTA PRIORIDADES DO EXECUTIVO E DEFENDE DIÁLOGO PERMANENTE COM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



➡ Governador Flávio Dino ao lado do presidente da AL, Humberto Coutinho, presidenta do TJ, Cleonice Freire, presidente do TCE, Jorge Pavão, procurador do Estado, Francisco Barros e presidente do TRE, Froz Sobrinho

Governador apresenta prioridades do Executivo e defende diálogo permanente com Assembleia Legislativa



Governador Flávio Dino apresenta mensagem aos parlamentares e apresenta primeiras ações do governo

O resumo das primeiras ações, as explicações sobre as Medidas Provisórias encaminhadas ao Poder Legislativo e as prioridades do Governo do Estado foram apresentadas aos deputados estaduais pessoalmente por Flávio Dino, na tarde desta segunda (02), em pronunciamento feito na tribuna da Assembleia Legislativa. O governador Flávio Dino foi levar aos parlamentares a Mensagem do Governo, afirmando que a

administração manterá postura aberta e respeitosa com a bancada parlamentar.

□Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação e diálogo norteará as relações com os Municípios e a União, e entre os Poderes. Nosso Governo está sendo marcado por uma relação permanente e respeitosa com esta egrégia Assembleia, como também é de intensa relação com a sociedade civil e a participação cidadã□, afirmou Flávio

Dino em pronunciamento aos deputados.

Como demonstração de respeito ao parlamento, o governador apresentou cada uma das principais ações que o Governo do Estado já realizou nos 31 primeiros dias sob nova administração. Entre elas, elencou o Plano de Ações □Mais IDH□ e suas ramificações em cada secretaria. Serão 30 municípios beneficiados com ações focadas em melhorar a vida dos

maranhenses.

Acompanhado pelos secretários de Estado, Flávio Dino também relacionou a condição financeira em que recebeu o Executivo: com R\$ 24 milhões em caixa, apesar da dívida herdada chegar a R\$ 1,1 bilhão. Afirmou ainda que já em 2015 foram pagas as consignações às instituições financeiras que não foram honradas pelo governo anterior. Através de corte de gastos em custeio em 30%, foi possível cumprir as obrigações do Estado com servidores que também deixaram de receber no fim de 2014.

Flávio Dino pediu apoio às medidas provisórias e aos projetos de lei já encaminhados à Assembleia Legislativa. Dentre eles, está a instituição do programa □Mais Bolsa Família Escola□, que vai transferir subsídio equivalente a uma parcela mensal do repasse realizado pelo Governo Federal às famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Previsto para janeiro de 2016, o programa de transferência de renda visa garantir que os alunos da rede de ensino pública possam comprar material escolar no início do ano letivo.

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO PARTICIPAM DE WORKSHOP

Cerca de 60 servidores participaram do Workshop Malote Digital, promovido na última sexta-feira (30) pela Corregedoria Geral da Justiça, através da Assessoria Especial de Informática, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Entre os participantes, servidores e magistrados de São Luís e de unidades judiciais do interior do Estado, que receberam instruções sobre as normas que regulam a utilização do aplicativo, como obter acesso ao sistema e como enviar e receber cartas precatórias utilizando as funcionalidades da ferramenta.

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CONQUISTAM PREMIAÇÃO NO XADREZ E JIU-JITSU



O oficial de Justiça Francisco José Pereira de Sales e o auxiliar Judiciário Yuri de Carlos Dias são os vencedores do Prêmio Mirante Esporte de 2015, nas modalidades Jiu-Jitsu e Xadrez, respectivamente. A premiação foi concedida em cerimônia no Teatro Arthur Azevedo, com a participação dos atletas, federações, autoridades, familiares e patrocinadores, na quinta-feira (29).

Promovido pelo Sistema Mirante, o prêmio é um reconhecimento aos melhores atletas do esporte maranhense de 2014. A escolha é feita por voto popular e por um júri oficial composto por jornalistas e profissionais da área de esportes. Os vencedores agradeceram os votos recebidos dos colegas de trabalho.

O lutador Francisco Sales recebeu o troféu das mãos da campeã mundial de Jiu-Jitsu, Joslea Rodrigues. “Foi uma sensação única porque fui reconhecido por todo o esforço despendido e pela superação das dificuldades dos treinos diários. Era muito cansativo, mas valeu a pena”, disse.

▷ SISTEMA PRISIONAL

DPE/MA atende 80 detentos no primeiro dia de força-tarefa

Foi iniciada nesta semana, e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP) designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, na segunda-feira. A partir deste

contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial.

Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Para a defensora geral, Mariana Albano de Almeida, a realização desta força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

Precatórios

No ano passado, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão promoveu um curso para a equipe do Tribunal de Justiça maranhense que possibilitou reflexões para maior eficiência e celeridade no pagamento de dívidas de precatório do Poder Público, quando um cidadão ganha um processo judicial contra o Estado.

Na ocasião, a escola judicial recebeu uma equipe do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que foi o primeiro a possuir uma central de treinamento e conciliação de precatórios.

Agora, o Conselho Nacional de Justiça realizará, dias 11 e 12 de fevereiro, o II Encontro Nacional dos Precatórios, na capital paulista, com o objetivo de discutir com os Comitês Estaduais dos Precatórios soluções para o pagamento dessas dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça.

A apresentação de exemplos de boas práticas na gestão e no pagamento dos precatórios também farão parte da pauta do encontro.

O Tribunal de Justiça do Maranhão promove, hoje e amanhã, campanha de vacinação dirigida a servidores e magistrados contra a Febre Amarela, Hepatite B e Difteria e Tétano.

'ESTANTE VAZIA'

Corregedoria encerra esforço concentrado em Santa Inês



Os trabalhos foram realizados no período de 27 a 30 de janeiro

A Corregedoria da Justiça concluiu mais uma etapa do projeto Estante Vazia na Comarca de Santa Inês. Os trabalhos foram realizados no período de 27 a 30 de janeiro e contaram com o apoio de um grupo formado por juízes e servidores. Durante os quatro dias foram analisados mais de 600 processos, outros 200, de maior complexidade, seguiram para a sede do projeto, na capital.

Conforme anunciou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Samey, durante a abertura dos traba-

lhos, a iniciativa teve a finalidade de dar prosseguimento a ações que estavam paradas. "Contamos com o importante apoio dos servidores da comarca, que separaram processos cuja urgência e complexidade exigiam de nós uma atuação mais enérgica para beneficiar a população local", explicou.

O projeto criado pela Corregedoria é coordenado pela juíza Francisca Galiza e é implantado em unidades judiciais com dificuldades na tramitação de processos em consequência da grande demanda. A finalidade é garan-

tir a eficiência e a razoável duração do processo. Outro fator decisivo para implantação da iniciativa na Comarca de Santa Inês foi a falta de juízes nas unidades em virtude de promoção e afastamento.

O juiz Rodrigo Nina, um dos membros da Comissão Sentenciante, disse que o objetivo era apenas realizar a análise processual, mas foram realizadas 50 audiências que já estavam marcadas. "Considerando a competência delegada aos membros da Comissão, realizamos também as audiências Pública por

partes envolvidas não fossem prejudicadas", informou Nina. O juiz Gustavo Medeiros também presidiu audiências durante a ação.

Dentro dos processos analisados, os juízes deram prioridade para aqueles que a legislação estabelece celeridade no julgamento, a exemplo dos processos com réus presos, ações de alimentos e de idosos. Foram iniciados, ainda, processos cuja petição inicial encontrava-se paralisada.

Em Santa Inês, o Estante Vazia contou com o apoio dos juízes Gilberto de Moura Lima e Sebastião Bonfim, ambos da Comarca da Ilha de São Luís. O trabalho foi executado em parceria com membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Subseção da OAB do município. **FALTA DE JUÍZES-** A Corregedoria da Justiça está finalizando procedimentos internos para que ainda esta semana a falta de juízes comarca seja resolvido. Haverá a titularização e a indicação de juízes substitutos para atuar nas quatro unidades judiciais da cidade.

FALTA DE JUÍZES - A Corregedoria da Justiça está finalizando procedimentos internos para que ainda esta semana a falta de juízes comarca seja resolvido. Haverá a titularização e a indicação de juízes substitutos para atuar nas quatro unidades judiciais da cidade.

Justiça condena ex-prefeito de Timon por improbidade administrativa

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenaram o ex-prefeito de Timon, Francisco Rodrigues de Sousa, o Chico Leitoa, e dois ex-membros da comissão permanente de licitação daquele município à perda da função pública (caso detenham); pagamento de multa civil no valor de cinco vezes o da remuneração do agente; suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos.

O ex-prefeito e os ex-servidores foram acusados de improbidade administrativa pelo Ministério Público Estadual (MP), em razão de irregularidades no procedimento licitatório Carta Convite nº 038/2001, para realização de serviços de adequação do Centro Tecnológico de Timon, no valor de R\$ 100 mil, emitida durante a gestão de Chico Leitoa. Segundo o MP, teria ocorrido omissão na publicação de resenha do contrato na imprensa, incoerências de datas e lesão ao erário do município.

O juízo da comarca de Timon julgou improcedente o pedido do Ministério Público por entender que inexistiu ato de improbidade, uma vez que as irregularidades apontadas seriam sanáveis e insuficientes para eivar de vício o procedimento licitatório. Ele apontou também a inexistência de fatos que ensejassem imoralidade qualificada.

Ao analisar o recurso do MP interposto junto ao TJMA, o desembargador Kléber Carvalho reformou a sentença, entendendo demonstrada a intenção dos ex-gestores de fraudar o procedimento licitatório, na medida em que utilizaram-se de simulação que inviabilizou a participação de outros eventuais interessados aptos a concorrerem, dessa forma violando os princípios da economia, eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade.

O magistrado observou que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que cause perda pa-



Desembargador Kleber Carvalho foi o relator do processo

trimonial, desvio, apropriação e dilapidação dos bens ou haveres públicos, notadamente fraude a licitação. “A incoerência de datas apontada pelo apelante revela nítida fraude no procedimento licitatório”, ressaltou. (Processo: 428892014). (Juliana Mendes - AsscomTJMA)

Governador apresenta prioridades do Executivo e defende diálogo permanente com Assembleia Legislativa

Nael Reis



Governador Flávio Dino ao lado do presidente da AL, Humberto Coutinho; presidenta do TJ, Cleonice Freire; presidente do TCE, Jorge Pavão; procurador do Estado, Francisco Barros, e presidente do TRE, Froz Sobrinho

O resumo das primeiras ações, as explicações sobre as Medidas Provisórias encaminhadas ao Poder Legislativo e as prioridades do Governo do Estado foram apresentadas aos deputados estaduais pessoalmente por Flávio Dino, na tarde dessa segunda (02), em pronunciamento feito na tribuna da Assembleia Legislativa. O governador Flávio Dino foi levar aos parlamentares a Mensagem do Governo, afirmando que a administração manterá postura aberta e respeitosa com a bancada parlamentar.

"Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação e diálogo norteará as relações com os Municípios e a União, e entre os Poderes. Nosso Governo está sendo marcado por uma relação permanente e respeitosa com esta egrégia Assembleia, como também é de intensa relação com a sociedade civil e a participação cidadã", afirmou Flávio Dino em pronunciamento aos deputados.

Como demonstração de respeito ao parlamento, o governador apresentou cada uma das principais ações que o Governo do Estado já realizou nos 31 primeiros dias sob nova administração. Entre elas, elencou o Plano de Ações 'Mais IDH' e suas ramificações em cada secretaria. Serão 30 municípios beneficiados com ações focadas em melhorar a vida dos maranhenses.

Acompanhado pelos secretários de Estado, Flávio Dino também relacionou a condição financeira em que recebeu o Executivo: com R\$ 24 milhões em caixa, apesar da dívida herdada chegar a R\$ 1,1 bilhão. Afirmou ainda que já em 2015 foram pagas as

consignações às instituições financeiras que não foram honradas pelo governo anterior. Através de corte de gastos em custeio em 30%, foi possível cumprir as obrigações do Estado com servidores que também deixaram de receber no fim de 2014.

Flávio Dino pediu apoio às medidas provisórias e aos projetos de lei já encaminhados à Assembleia Legislativa. Dentre eles, está a instituição do programa 'Mais Bolsa Família Escola', que vai transferir subsídio equivalente a uma parcela mensal do repasse realizado pelo Governo Federal às famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Previsto para janeiro de 2016, o programa de transferência de renda visa garantir que os alunos da rede de ensino pública possam comprar material escolar no início do ano letivo.

"Superar limites é a tônica do nosso Governo. Não temos medo de desafios que parecem impossíveis e acreditamos que é nossa missão romper o pessimismo emanado da mesmice, que só beneficia os mesmos de sempre", afirmou no pronunciamento, em que relatou outras prioridades para o Governo. Flávio Dino afirmou ainda que está cortando gastos excessivos herdados do governo anterior, dando maior atenção às ações de cunho social.

Para instituir ações que beneficiem a população maranhense, o governador pediu a colaboração dos parlamentares no debate sobre as sugestões enviadas pelo Governo à Casa Legislativa, como também mostrou-se aberto a sugestões da bancada que foi eleita para aprovar projetos de lei e fiscalizar o Poder Executivo. Dino afirmou ainda que todos os secretários estão abertos a prestar esclarecimentos nas comissões temáticas do Legislativo, a convite ou espontaneamente. "Nosso dever é prestar esclarecimentos e adotar a transparência como método", disse durante o evento, que reuniu ainda secretários de diversas pastas do Governo do Estado.

O gesto de Flávio Dino em apresentar o governo pessoalmente aos parlamentares foi elogiado pelo presidente da Assembleia, Humberto Coutinho (PDT), que destacou a postura democrática do governo em informar sobre a situação financeira do Estado e colocar-se à disposição para o diálogo permanente com os representantes legislativos.

Participaram ainda da solenidade a presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Jorge Pavão, o procurador de Justiça do Estado do Maranhão, Francisco Barros Souza, e o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, que presidiu o Tribunal Regional Eleitoral nas eleições de 2014.

Justiça condena ex-prefeito de Timon por improbidade

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenaram Chico Leitoa, ex-prefeito de Timon, e dois ex-membros da comissão permanente de licitação do município à perda da função pública (caso detenham); pagamento de multa civil no valor de cinco vezes o da remuneração do agente; suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.

O ex-prefeito e os ex-servidores foram acusados de improbidade administrativa pelo Ministério Público Estadual (MP), em razão de irregularidades em procedimento licitatório para realização de serviços de adequação do Centro Tecnológico de Timon, no valor de R\$ 100 mil, emitida durante a gestão de Chico Leitoa. Segundo o MP, teria ocorrido omissão na publicação de resenha do contrato na imprensa, incoerên-

cias de datas e lesão ao erário do município.

Ao analisar o recurso do MP interposto junto ao TJMA, o desembargador Kléber Carvalho reformou a sentença, entendendo demonstrada a intenção dos ex-gestores de fraudar o procedimento licitatório, na medida em que utilizaram-se de simulação que inviabilizou a participação de outros eventuais interessados aptos a concorrerem, violando os princípios da economia, eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade.

O magistrado observou que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que cause perda patrimonial, desvio, apropriação e dilapidação dos bens ou haveres públicos, notadamente fraude a licitação. “A incoerência de datas apontada pelo apelante revela nítida fraude no procedimento licitatório”, ressaltou

CNJ condena juiz que aplicou multas milionárias na Cemar e em outras empresas do MA

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) condenou, ontem, à pena de aposentadoria compulsória o juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Raimundo Sampaio Silva, que impôs a empresas públicas e privadas multas de grandes valores por supostamente descumprirem decisões judiciais. Além disso, o magistrado bloqueou judicialmente bens ou valores das empresas em mais de R\$ 9 milhões, embora uma disputa em juízo especial não ultrapasse valor superior a 40 salários mínimos (atualmente, cerca de R\$ 788). As atitudes do juiz resultaram na abertura de cinco processos na Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão. **PÁGINA 4 (C1)**

CNJ condena juiz do TJMA a aposentadoria compulsória

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) condenou, ontem, à pena de aposentadoria compulsória o juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Raimundo Sampaio Silva, por violações à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e ao Código de Ética da Magistratura Nacional. A maioria dos conselheiros seguiu o voto do relator Guilherme Calmon, que atribuiu a Sampaio faltas disciplinares com relação aos deveres de imparcialidade, retidão e serenidade na condução de cinco processos.

De acordo com o relatório, o juiz, então responsável pelo 13º Juizado Especial Cível de São Luís (MA), impôs a empresas públicas e privadas multas de grandes valores por supostamente descumprirem decisões judiciais. Além disso, o magistrado bloqueou judicialmente bens ou valores das empresas em mais de R\$ 9 milhões, embora uma disputa em juizado especial não ultrapasse valor superior a 40 salários mínimos (atualmente, cerca de R\$ 788). As atitudes do juiz resultaram na abertura de cinco processos na Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Como Sampaio estaria utilizando manobras judiciais para adiar o julgamento de seus processos disciplinares, de acordo com o órgão correccional do TJMA, o processo foi remetido à Corregedoria Nacional de Justiça. Em setembro de 2013, o Plenário do Conselho acatou o relatório do então corregedor Nacional de Justiça, minis-

tro Francisco Falcão, abriu Processo Administrativo Disciplinar e afastou o juiz de suas funções enquanto o julgamento do PAD não ocorresse.

Histórico – Em 2009, Sampaio concedeu liminar determinando que a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) garantisse, em 24 horas, o perfeito consumo de energia ao cidadão que acionou o 13º Juizado Especial Cível de São Luís. Antes mesmo de a CEMAR ser intimada, o juiz maranhense aumentou o valor da multa diária imposta pelo não-cumprimento da decisão de R\$ 500, valor inicial, para R\$ 2.000, atendendo a novo pedido do cliente da CEMAR. A decisão foi tomada 24 horas depois do pedido do cliente, a quem deveria ser pago o valor da multa. Um mês e meio depois, o magistrado subiu o valor da multa para R\$ 3.000, novamente em atendimento a pedido formulado na véspera.

Na primeira audiência, em 26 de maio, a CEMAR se comprometeu a inspecionar o imóvel do autor das ações judiciais quatro dias depois. No entanto, no mesmo dia, o magistrado decidiu aumentar o valor da multa diária para R\$ 5.000. Também no mesmo dia o autor das ações informou à Justiça que a CEMAR havia cumprido a decisão judicial de restabelecer o fornecimento de energia, mas, ainda assim, cobrou o pagamento das multas, que àquela altura já somavam R\$ 175 mil. O juiz que substituiu Sampaio (então em férias) determinou a penhora onli-



REPRODUÇÃO/CNJ

Plenário do Conselho Nacional de Justiça que condenou o juiz José Raimundo

ne da quantia e marcou audiência para discutir o caso em novembro daquele ano. De volta das férias, em 16 de outubro o magistrado rejeitou os recursos da empresa e ordenou o pagamento imediato do valor.

A CEMAR eventualmente conseguiu reverter as decisões do juiz aposentado hoje pelo CNJ, mas os valores pagos jamais foram restituídos. Em depoimento ao relator do PAD, o autor das ações contra a CEMAR disse que o “valor não foi devolvido porque já foi gasto”. O juiz basicamente repetiu o tratamento conferido à CEMAR em outros quatro processos, com clientes das empresas TIM CELULAR S/A (TIM), BV Fi-

nanceira e Banco Santander S/A, entre 2008 e 2011.

Em casos de condenações por aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais, o magistrado é afastado de suas atividades e recebe remuneração proporcional ao seu tempo de serviço prestado. A punição tem caráter definitivo. A decisão desta terça-feira (3/2), durante a 202ª Sessão Ordinária do Conselho foi tomada por 12 dos 14 conselheiros presentes. O conselheiro Fabiano Silveira e a conselheira Gisela Gondim discordaram da dosimetria (tipo de punição), preferindo a aplicação da pena de disponibilidade do magistrado.

(Agência CNJ de Notícias)

Corregedoria encerra esforço concentrado em Santa Inês

A Corregedoria da Justiça concluiu mais uma etapa do projeto Estante Vazia na Comarca de Santa Inês. Os trabalhos foram realizados no período de 27 a 30 de janeiro e contaram com o apoio de um grupo formado por juízes e servidores. Durante os quatro dias foram analisados mais de 600 processos, outros 200, de maior complexidade, seguiram para a sede do projeto, na capital.

Conforme anunciou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, durante a abertura dos trabalhos, a iniciativa teve a finalidade de dar prosseguimento a ações que estavam paradas. “Contamos com o importante apoio dos servidores da comarca, que separaram processos cuja urgência e complexidade exigiam de nós uma atuação mais enérgica para beneficiar a população local”, explicou.

O projeto criado pela Corregedoria é coordenado pela juíza Francisca Galiza e é implantado em unidades judiciais com dificuldades na tramitação de processos em consequência da grande demanda. A finalidade é garantir a efici-

ência e a razoável duração do processo. Outro fator decisivo para implantação da iniciativa na Comarca de Santa Inês foi a falta de juízes nas unidades em virtude de promoção e afastamento.

Dentro dos processos analisados, os juízes deram prioridade para aqueles que a legislação estabelece celeridade no julgamento, a exemplo dos processos com réus presos, ações de alimentos e de idosos. Foram iniciados, ainda, processos cuja petição inicial encontrava-se paralisada.

Em Santa Inês, o Estante Vazia contou com o apoio dos juízes Gilberto de Moura Lima e Sebastião Bonfim, ambos da Comarca da Ilha de São Luís. O trabalho foi executado em parceria com membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Subseção da OAB do município.

FALTA DE JUÍZES – A Corregedoria da Justiça está finalizando procedimentos internos para que ainda esta semana a falta de juízes comarca seja resolvido. Haverá a titularização e a indicação de juízes substitutos para atuar nas quatro unidades judiciais da cidade.

Servidores do Judiciário conquistam premiação no Xadrez e Jiu-Jitsu

O oficial de Justiça Francisco José Pereira de Sales e o auxiliar Judiciário Yuri de Carlos Dias receberam o prêmio como os melhores do ano de 2014, nas modalidades Jiu-Jitsu e Xadrez, respectivamente. A premiação foi concedida em cerimônia no Teatro Arthur Azevedo, com a participação dos atletas, federações, autoridades, familiares e patrocinadores, na quinta-feira (29).

O prêmio é um reconhecimento aos melhores atletas do esporte maranhense de 2014. A escolha é feita por voto popular e por um júri oficial composto por jornalistas e profissionais da área de esportes. Os vencedores agradeceram os votos recebidos dos colegas de trabalho.

O lutador Francisco Sa-

les recebeu o troféu das mãos da campeã mundial de Jiu-Jitsu, Joslea Rodrigues. “Foi uma sensação única porque fui reconhecido por todo o esforço despendido e pela superação das dificuldades dos treinos diários. Era muito cansativo, mas valeu a pena”, disse.

Para o enxadrista Yuri Dias, premiado por Rafael Leitão, o Troféu representa uma das maiores alegrias da sua vida. “Eu considero uma conquista tripla, ter sido campeão maranhense, ter ganho o Troféu – que é o ápice de toda carreira do esportista no Maranhão –, e ter conquistado tudo isso na idade que eu estou. Isso pra mim é um grande estímulo”, declarou, destacando que deseja continuar e conquistar outros prêmios na categoria.

CGJ realiza workshop

Cerca de 60 servidores participaram do Workshop Malote Digital, promovido na última sexta-feira (30) pela Corregedoria Geral da Justiça, através da Assessoria Especial de Informática, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Entre os participantes, servidores e magistrados de São Luís e de unidades judiciais do interior do Estado, que receberam instruções sobre as normas que regulam a utilização do aplicativo, como obter acesso ao sistema e como enviar e receber cartas precatórias utilizando as funcionalidades da ferramenta. A abertura foi feita pelos juízes Osmar Gomes (diretor do fórum) e Mário Márcio de Almeida, coordenador do Comitê de Metas e Gestão da Corregedoria Geral da Justiça.

Corregedoria instala o Conselho Especial da Infância e da Juventude

A corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, editou provimento e portaria nos quais instala o Conselho Especial da Infância e da Juventude da corregedoria-geral da Justiça. De acordo com o documento, o conselho deverá proceder à elaboração e aprovação de regimento interno no prazo de 60 dias, a contar da publicação da portaria. O conselho realiza o acompanhamento e execução das ações da Justiça de 1º Grau na área da infância e da juventude.

A corregedora levou em consideração o disposto no artigo 21 do Regimento Interno da CGJ, que criou o conselho. Ela considerou, também, a relevância do conselho para o aprimoramento das atividades de 1º Grau da Justiça Estadual do Maranhão, bem como para a efetivação do princípio da proteção integral estabelecido

no artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre as competências do conselho estão: zelar pelo cumprimento dos princípios e direitos relativos à infância e à juventude; elaborar estudos e promover medidas relacionadas à gestão e práticas cartorárias relativas à infância e juventude para melhoria da prestação jurisdicional; manter articulação com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, inclusive no que diz respeito aos cadastros do Conselho Nacional de Justiça.

Cabe, ainda, elaborar as diretrizes metodológicas de trabalho da equipe multiprofissional destinada a assessorar o Juízo da Infância e da Juventude, bem como promover encontros, cursos de preparação e aperfeiçoamento para juízes e servidores da área da infância e da juventude.